



A RESISTÊNCIA POLÍTICA FRENTE AO ISOLAMENTO/IMPOTÊNCIA A PARTIR DO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2025.212.02>

Antonio Justino de Arruda Neto

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE). Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Bolsista pelo CNPq.

netojustinoarruda@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5188-3198>

Kethelyn Moraes da Silva

Graduanda em Direito, Faculdade Integrada CETE - FIC.

khetelynmoraisdasilva40@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0005-7243-0995>

RESUMO:

O presente texto tem como tema a compreensão da relação entre isolamento e impotência, à luz do exemplo nazista, a partir do pensamento de Hannah Arendt (1951). A temática é problematizada com base no pressuposto da violência praticada pelas políticas do nazismo. Com o intuito de compreender essa relação, utilizou-se como fundamentação teórica o pensamento de Hannah Arendt. Nesse sentido, tem-se como problema de pesquisa: de que forma o pensamento de Hannah Arendt nos auxilia a romper com a relação isolamento/impotência proposta pelos autoritarismos? Em relação aos objetivos, o objetivo geral é compreender essa problemática. Os objetivos específicos são: (1) Identificar o conceito de totalitarismo no pensamento de Hannah Arendt; (2) Analisar como a

relação entre ideologia e terror contribui para a construção do isolamento/impotência; (3) Discutir o conceito de ação política como forma de romper com a lógica do isolamento/impotência. A pesquisa constitui-se como uma revisão bibliográfica, articulada com os principais livros da autora: *As Origens do Totalitarismo* (1951) e *A Condição Humana* (1958). Espera-se, como resultado, compreender a ação como atividade política capaz de desenvolver a interação entre os indivíduos em comunidade, como forma de evitar o isolamento e a impotência política.

PALAVRAS-CHAVE:

Hannah Arendt. Isolamento Político. Impotência Política. Origens do Totalitarismo.

POLITICAL RESISTANCE IN THE FACE OF ISOLATION AND POWERLESSNESS: INSIGHTS FROM HANNAH ARENDT'S THOUGHT

ABSTRACT:

This study aims to examine the relationship between isolation and impotence, as exemplified by the Nazi regime, through the lens of Hannah Arendt's political thought (1951). The topic is problematized from the premise of the violence inherent in Nazi political practices. In order to grasp this relationship, Arendt's theoretical framework is adopted as the basis for analysis. Accordingly, the central research question is: in what ways does Hannah Arendt's political thought contribute to overcoming the isolation/impotence dynamic imposed by authoritarian regimes? The general objective of the study is to understand the aforementioned problem. The specific objectives are as follows: (1) to identify the concept of totalitarianism in Arendt's work; (2) to analyze how the relationship between ideology and terror contributes to the construction of isolation and political impotence; and (3) to discuss the concept of political action as a means of breaking with the logic of isolation and impotence. The research is structured as a bibliographic review, drawing primarily on two of Arendt's major works: *The Origins of Totalitarianism* (1951) and *The Human Condition* (1958). The study expects to demonstrate that political action, understood as a constitutive activity of human plurality and public space, is essential for fostering interaction among individuals in a community, thereby counteracting the conditions of political isolation and impotence.

KEYWORDS:

Hannah Arendt. Political Isolation. Political Impotence. The Origins of Totalitarianism.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é compreender a relação entre isolamento e impotência como fruto da experiência totalitária, conforme analisado por Hannah Arendt em sua obra sobre o tema. Para isso, propomos um percurso teórico que percorre os principais elementos relacionados a esse processo, marcado por um isolamento-impotência característico das “massas” que, capturadas, se deixaram seduzir pelos discursos vazios do totalitarismo— especialmente no exemplo do regime alemão. A partir disso, formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: *de que forma o pensamento de Hannah Arendt nos auxilia a romper com a relação isolamento/impotência proposta pelos autoritarismos?*

Com o intuito de responder a essa questão, o texto foi estruturado em quatro partes principais: um primeiro momento introdutório, em que apresentamos o contexto discursivo e o tema que norteia a discussão; em seguida, uma análise da formação estrutural e conceitual do totalitarismo; depois, uma discussão sobre o papel da burocracia como instrumento de organização do poder totalitário; e, por fim, examinamos a novidade trazida pelo totalitarismo por meio da ideologia do terror, tendo como símbolo máximo o campo de concentração – espaço em que a destruição da vida se concretiza. Concluimos o texto abordando a ação política como um instrumento de resistência da vida humana, constantemente tensionada pela violência. Nesse sentido, propomos que a ação política se configure como uma possibilidade concreta de romper com a lógica do isolamento-impotência, constituindo, assim, um espaço comum para novos começos.

2 CONTEXTO DISCURSIVO

Isolamento e impotência são conceitos que emergem das discussões presentes em *Origens do Totalitarismo* (1951) e no ensaio *A Grande Tradição e a Natureza do Totalitarismo* (1953).¹ Desse modo, neste último texto, Hannah Arendt (2021, p. 121) indica que “solidão, impotência e solidão como fenômenos periféricos na vida política”. A consequência desses termos é o tensionamento com as atividades propriamente políticas, como a ação, o pensamento e o julgamento, concebidos como formas de ruptura com os mecanismos da ideologia e do terror característicos do totalitarismo. Outro ponto importante é o estabelecimento do pressuposto do que Arendt (2021, p. 130) define como “isolamento”: “isolamento político, solidão pessoal, privada, social. Eu posso estar isolado sem estar solitário e vice-versa. Em isolamento eu perco a capacidade para agir”.

No que se refere à impotência, nossa interpretação aponta para dois caminhos: o primeiro compreende a impotência como consequência do “isolamento”, isto é, a condição em que o indivíduo perde a vontade de agir, ou seja, de “estar entre os homens”, conforme Arendt (2018) apresenta em *A Condição Humana*. O segundo caminho entende a impotência como fruto da solidão instrumentalizada pelo totalitarismo, de modo que “na solidão, eu perco o senso comum, o senso daquilo que temos em

¹Texto que de acordo com Jerome Kohn, teve como escopo: “O alcance dos objetivos conceituais de Arendt pode ser vislumbrado no plano que ela elaborou para seis conferências sobre a natureza do totalitarismo, proferidas na New School for Social Research, em março e abril de 1953 (ver ‘*The Great Tradition and the Nature of Totalitarianism*’).” (Tradução nossa do: The scope of Arendt's conceptual objectives may be glimpsed in the plan she drew up for six lectures on the nature of totalitarianism delivered at the New School for Social Research in March and April of 1953 (see “*The Great Tradition and the Nature of Totalitarianism*”). O presente texto foi traduzido pelo Caderno Hannah Arendt da UFPI.

comum” (Arendt, 2021, p. 130), o que compromete a condição de aparecimento no espaço público e o caráter de convivência própria a esse espaço plural.

Os dois termos que pretendemos abordar nesta discussão são frutos do que Arendt denominou de “observações”, ou seja, percepções que estavam presentes na primeira edição de *Origens do Totalitarismo* (1951). O uso do termo “observações” foi explicado pela própria autora em 1958, ao justificar a revisão da obra e o acréscimo de mais um capítulo, intitulado: “Ideologia e Terror: uma nova forma de governo”. Nesse contexto, Arendt afirma: “*este capítulo me parece a conclusão adequada [...]*” (Arendt, 2021, p. 196). Com essa atualização, percebemos uma preocupação didática por parte da autora, não apenas com a responsabilidade intelectual, mas com a transmissão dessa responsabilidade a nós, leitores. O novo capítulo nos provoca uma pergunta fundamental: será que compreendemos a ameaça constante dessa “nova forma de governo”?

O termo “nova forma” refere-se à novidade representada pelo totalitarismo, com suas técnicas de violência aperfeiçoadas e testadas anteriormente, bem como suas instituições voltadas à captura da vida política. O questionamento nos convida a refletir sobre o que de fato foi o totalitarismo e sobre as ameaças constantes que ele produziu – e ainda produz. Deste modo, podemos citar, como exemplos, as eleições de Donald Trump nos Estados Unidos e o avanço de partidos radicais de direita e de inspiração nazista/autoritarista, como ocorreu na última eleição parlamentar da Alemanha, em 2025.

Nesse sentido, as perguntas formuladas por Arendt ainda ecoam como um mantra necessário: “*o que havia acontecido? Por que havia acontecido? Como pôde ter acontecido?*” (Arendt, 2012, p. 415). Essas questões permanecem atuais diante do vazio político deixado pelo capítulo do nazismo, um vazio que, em muitos momentos, foi preenchido por ações coletivas, mas que também tem sido constantemente ameaçado por ataques à pluralidade e à vida – entendida aqui como aquilo que sofre, resiste e persiste. Dessa forma, o perigo das ameaças autoritárias não foi eliminado, apenas ficou guardado em vários “armários”, que foram escancarados por uma nova/velha geração tecnológica: a massa das redes sociais. Por isso, concordamos com a afirmação de Bertolt Brecht: “*A cadela do fascismo está sempre no cio.*” O ódio e a violência política nunca deixaram de integrar o vocabulário de uma lógica partidarista que busca o poder como meio de romper com o pluralismo político. Assim, o pensamento de Arendt nos oferece chaves interpretativas fundamentais para compreender o presente. Como mencionamos, nosso caminho se desenvolve a partir de dois aspectos conceituais que permeiam sua reflexão sobre o totalitarismo: isolamento e impotência.

3 TOTALITARISMO(S)²

Nos escritos de *Origens do Totalitarismo* (1951), Hannah Arendt dedica a terceira parte do livro à explicação e sobre o totalitarismo. O objetivo desta subseção textual é apresentar os principais pontos discursivos que a autora nos oferece sobre o tema. Nosso recorte será guiado por três aspectos conceituais centrais: *massa, propaganda e movimento totalitário*.

Premissa. Para compreendermos a premissa que inquietou as análises iniciais de Arendt, é necessário destacar a figura do *líder*, que exerce fascínio sobre as massas. Quando destituído ou morto, o regime tende a substituir sua presença física por um culto ao corpo político, garantindo, assim, a continuidade do totalitarismo. Os líderes totalitários caracterizavam-se pelo encantamento e pela persuasão, apoiados fortemente pela propaganda, a qual mantinha a máquina totalitária em funcionamento. Esse processo só foi possível com o uso de mecanismos de controle “psicológico”, voltados às massas que aceitavam passivamente o que lhes era transmitido – como, por exemplo, a política antissemita, resgatada como ferramenta para cercear a vida dos judeus.

A dimensão que chama a atenção de Arendt nesse processo psicológico – transformado em instrumento da propaganda – é a disposição dos apoiadores em *acreditar* nas ideias totalitárias. Nesse sentido, Arendt afirma: “*mas o que é desconcertante no sucesso do totalitarismo é o verdadeiro altruísmo dos seus adeptos*” (Arendt, 2012, p. 435). O aspecto mais perturbador está justamente nesse “acreditar” cego, que anula a capacidade de questionamento e julgamento do indivíduo. A consequência desse processo é a “solidão”, entendida como forma de isolar o sujeito da pluralidade e de sua própria capacidade de agir.

Nesse sentido, “*uma das maneiras que o totalitarismo transforma as pessoas em indivíduos isolados e solitários é através do estabelecimento de uma confusão entre realidade e ficção*” (Hill, 2022, p. 155–156). A citação evidencia como o totalitarismo, por meio da propaganda, captura as massas ao criar ficções e narrativas sedutoras para atrair e manter seus adeptos. Vale lembrar que a análise aqui se refere a um período histórico do início do século XX, anterior à existência de plataformas como Facebook, WhatsApp, Instagram ou X (antigo Twitter). Ainda assim, os meios de comunicação da época foram amplamente utilizados para disseminar desinformação. A propaganda totalitária tinha como objetivo justamente fazer com que as massas *acreditassem nas narrativas de ficção*, criando assim uma estrutura de dominação.

² Utilizamos o termo “totalitarismos” no plural para indicar sua capacidade de se adaptar às lacunas do tempo político.

As Massas. Após essa introdução à premissa do totalitarismo, abordamos o primeiro elemento conceitual: as *massas*. Mas o que seriam, afinal, essas massas? Antes de entrarmos diretamente no pensamento de Arendt, podemos fazer uma analogia com o contexto brasileiro. Por exemplo, quando surgiu o boato de que o PIX seria taxado, muitos usuários das redes sociais, especialmente do WhatsApp, compartilharam essa informação como verdadeira. A notícia causou grande preocupação, sobretudo na classe média, que utiliza o PIX diariamente, e acreditou imediatamente em uma narrativa fabricada – uma fake news.

Esse exemplo nos permite identificar algumas características centrais da massa: ela *acredita em tudo* que lhe parece verossímil, *compartilha informações sem crítica*, *emite opiniões como verdades absolutas* e, sobretudo, *não questiona*. A massa se encanta facilmente por manchetes com aparência de verdade e, a partir daí, tende a se *isolar* de outras fontes que poderiam contradizer ou desmentir a narrativa original. *A Estrutura Conceitual da Massa*. Na discussão sobre a massa, Hannah Arendt (2012) apresenta-nos a figura de um “ser (anti)social”, que não se preocupa com a coletividade, mas apenas com a sua *individualidade solitária*. Trata-se de um sujeito apático em relação à política, facilmente capturado por desinformações sobre a realidade política e econômica e por falsas ameaças. Nesse contexto, Arendt escreve (2012, p. 438–439):

O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto.

A citação apresenta os principais elementos que se somam ao que mencionamos anteriormente sobre “as massas”. No entanto, a autora (2012) também nos revela duas categorias que se configuram como tipos ideais para a formação do movimento totalitário: as “pessoas neutras” e os “politicamente indiferentes”. A primeira categoria, o neutro ou a neutra, refere-se àqueles que não tomam partido – ou, em linguagem popular, “mantêm a paz”, por não se envolverem em conflitos ou questões polêmicas. Essa neutralidade pode ser observada em pessoas próximas a nós: parentes, amigos, colegas de trabalho ou vizinhos. Trata-se de indivíduos que evitam assumir responsabilidades públicas, priorizando sua individualidade e recusando-se a compartilhar o sentido social do espaço comum.

A segunda categoria – os “politicamente indiferentes” – complementa a anterior. Ambas constituem o “dois em um” ideal para a captura por regimes totalitários ou movimentos extremistas, sejam de direita ou de esquerda. Essa postura revela um afastamento tanto do partidarismo quanto da participação em movimentos políticos. Mesmo quando esses movimentos conquistam direitos coletivos,

os indiferentes desejam usufruí-los – ainda que não tenham contribuído minimamente para tais conquistas. Trata-se, portanto, de uma relação de indiferença ativa: não se engajam na ação política, mas reivindicam seus frutos.

Outro aspecto implícito em ambas as categorias é a questão do status social, uma vez que se trata de indivíduos que não alcançaram o prestígio desejado dentro da estrutura social. Arendt (2012) observa que “eles” não nasceram no topo da pirâmide social, mas sempre foram guiados pelas vontades daqueles que dominam, inclusive seguindo suas modas e estilos. Para romper com sua frustração social, adotaram a neutralidade como postura política. Além disso, a ruptura dos sistemas tradicionais de classes intensificou esse fenômeno, criando espaço para o surgimento de ideologias – encantamentos modernos que não buscavam o bem coletivo, mas o culto à individualidade.

Dessa convergência entre os “neutros” e os “politicamente indiferentes” surge o que Arendt chama de “súdito ideal”. Este sujeito é fruto de um diagnóstico social construído e mobilizado pela propaganda, que forneceu forma e força ao movimento totalitário. O êxito da propaganda se dá no momento em que a massa para, escuta e se sensibiliza, pois ela responde ao diagnóstico certo de sua condição: *“a principal característica do homem da massa não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais”* (Arendt, 2012, p. 446). Ou seja, trata-se de indivíduos que já não discernem mais entre realidade e ficção, entre verdade e mentira (Lafer, 2022).

A propaganda encontrou o cenário ideal: um sujeito que não se importa com nada do social ou da pluralidade, apenas com sua pipoca, seu sofá e sua plataforma de streaming. A esse respeito, Arendt afirma: *“as massas têm de ser conquistadas por meio da propaganda”*. Tal afirmação evidencia que a propaganda busca criar uma narrativa sedutora, ou seja, produzir algo que possa ser consumido como uma mercadoria aceitável e desejável. Nesse contexto, Arendt (2012) destaca duas características fundamentais da propaganda: (I) A utilização de um cientificismo raso, ou seja, argumentos que simulam conhecimento técnico ou científico, sem de fato o possuir. A exaltação da importância do regime e, sobretudo, do líder. (II) A função da propaganda totalitária não era inventar temas do nada, mas sim selecionar conteúdos que pudessem envolver emocionalmente as massas. A escolha desses temas visava despertar o interesse e a adesão, mesmo que não houvesse clareza quanto à origem das informações.

Sobre isso, Arendt afirma: *“o que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte”* (Arendt, 2012, p. 485). Essa citação revela um ponto-chave: não basta um fato isolado – ele precisa fazer sentido dentro de um sistema coerente. Caso contrário, será apenas mais uma informação entre tantas, sem gerar curiosidade ou preocupação. É por isso que Arendt (2012) observa que o movimento totalitário “cria

coerências” com o objetivo de conquistar o poder e transpor suas ideias para o espaço público, atingindo não apenas a massa, mas uma coletividade mais ampla. A coerência, nesse caso, anda de mãos dadas com a coerção, pois para que a massa seja conquistada, ela precisa ser posteriormente dominada (Aguiar, 2008).

A propaganda, de acordo com Arendt (2012), ao se apoiar na coerência, cria novas realidades ou experiências simuladas, despertando o desejo inconsciente da massa de retirar-se do mundo real. Isso se dá porque muitas pessoas não querem realizar a ação política, preferindo o refúgio de uma existência passiva e alienada. Aguiar (2007) complementa essa análise ao afirmar que a propaganda rompe com a imprevisibilidade da ação, capturando os indivíduos por meio da manipulação. Assim, a coerência se transforma em instrumento eficaz, que dá potência à artificialidade forjada – justamente por satisfazer o desejo da massa de “se retirar do mundo”.

Por fim, Arendt (2012) chama atenção para a preocupação do movimento totalitário em estruturar eficientemente sua máquina de manipulação. Caso essa estrutura falhasse, o resultado seria o despertar da massa contra o próprio regime – e esse era um risco que os líderes totalitários não estavam dispostos a correr. Eles sabiam que a tomada do poder deveria acontecer de forma gradual, com histórias e narrativas cuidadosamente planejadas para serem “corretas” e “eficazes”. E para isso:

Antes de tomarem o poder e criarem um mundo à imagem da sua doutrina, os movimentos totalitários invocam esse falso mundo de coerências, que é mais adequado às necessidades da mente humana do que a própria realidade; nele, através de pura imaginação, às massas desarraigadas podem sentir-se à vontade e evitar eternos golpes que a vida e as experiências verdadeiras infligem aos seres humanos e às suas experiências (Arendt, 2012, p. 487 - 488).

A citação nos apresenta essa “preocupação” de quem instrumentaliza a propaganda como meio de controle e coerção. O objetivo, antes mesmo da tomada do poder, não se limitava à aceitação do ideal pela massa. Um dos principais propósitos era garantir a capacidade de controle sobre as massas, evitando a desintegração desse apoio político. Além disso, era fundamental que a massa assumisse a identidade das situações criadas, percebendo-as como a própria realidade. Como afirma Arendt (2012, p. 496): “o verdadeiro objetivo da propaganda totalitária não é a persuasão mas a organização”.

Por meio dessa organização, estrutura-se de forma eficaz a base necessária para a criação e manutenção do poder totalitário. Assim, a propaganda se mostra capaz de criar e alimentar um público específico, a partir da construção do “fato ideal”, do despertar do desejo, da criação de coerências e da internalização de uma identidade assumida pela massa. A “organização”, portanto, torna-se não apenas o meio, mas o próprio objeto essencial ao movimento totalitário.

Nesse sentido, “o caráter totalitário do princípio de liderança advém unicamente da posição em que o movimento totalitário, graças à sua peculiar organização, coloca o líder, ou seja, da importância funcional do líder para o movimento” (Arendt, 2012, p. 500). A figura do líder torna-se o elo entre o interno e o externo, ao redor de quem toda a estrutura gira, impondo sua vontade e as ideologias do regime para manter o funcionamento do sistema totalitário. Além disso, o movimento busca estruturar organizações ramificadas, que sustentem seu ideário e suas ações políticas, visando à implantação de uma hierarquia externa. O líder, portanto, exerce uma função dupla: (1) representar o movimento e (2) protegê-lo (Arendt, 2012).

Outro aspecto central é a funcionalidade do líder totalitário, que soube se valer do controle das massas por meio da propaganda. Seu sucesso decorre da capacidade de fazer a massa acreditar não apenas nas primeiras narrativas, mas também em todas as que se seguiram – ainda que mais perversas. A massa sempre acreditou no pior. Assim, a ascensão do totalitarismo ao poder é resultado da eficiência do líder, que utilizou aspectos psicológicos para criar um culto à sua imagem e transformar suas palavras em verdades absolutas. O desfecho desse processo foi a instauração de uma ideologia e do terror como uma “nova forma de governo”.

Ao adentrar essa nova forma de governo, é importante destacar que o líder, no plano burocrático, detinha o controle total da responsabilidade, com o objetivo de alcançar o monopólio do poder. Para compreender o surgimento dessa concentração exorbitante, é necessário entender a imagem idealizada e messiânica do líder, cultivada tanto pelas massas quanto por militares e burocratas. Ele não era visto como um indivíduo comum, mas como a personificação da ideologia totalitária, infalível e o único capaz de interpretar corretamente a “lei da história” e as “leis da natureza” impostas pela ideologia. Nesse sentimento de singularidade se encontra a justificativa para o controle absoluto: ninguém, além de Deus, pode criar o Éden.

O líder passa, então, a ser respeitado e idolatrado de forma exponencial, facilitando a tomada do poder – como se tivesse hipnotizado membros da SS, chefes de gabinete e ministros do *Reich*. Ao mesmo tempo, oferecia aos servidores do Estado um manto de impessoalidade e anonimato, assumindo por completo o monopólio da responsabilidade, que precede o monopólio do poder. Ter a responsabilidade por todos os atos proporciona liberdade aos agentes para cometerem ações ou crimes antes vistos como repulsivos ou, ao menos, eticamente reprováveis, mas que agora podiam ser atribuídos ao líder. Isso também contribuiu diretamente para a articulação do terror. Por isso:

O Líder representa o movimento de um modo totalmente diferente de todos os líderes de partidos comuns, já que proclama a sua responsabilidade pessoal por todos os atos, proezas e crimes cometidos por qualquer membro ou funcionário em sua qualidade oficial

[...] Essa responsabilidade total por tudo o que o movimento faz e essa identificação total com cada um dos funcionários têm a consequência muito prática de que ninguém se vê numa situação em que tem de se responsabilizar por suas ações ou explicar os motivos que levaram a elas (Arendt, 2012, p. 511 - 512).

A partir disso, a diminuição da responsabilidade dos membros do Estado gera a perda da capacidade de agir; cenário em que o povo não consegue confrontar/combater, pois a origem de todas as ordens se encontra distante da população e das instituições públicas. A fonte não reside no policial da SS que mata, ou em Eichmann em seu escritório da Referat IV B4³ – a fonte está no líder; e o líder está no topo, e alcançar esse topo não é direito nem desejo da massa, que nada espera do líder – não busca justificativas e explicações - apenas celebra o êxito da nova ordem, independentemente do preço.

Convém ressaltar que o controle do poder não impede apenas a capacidade de ação do povo doutrinado, mas também a do próprio corpo administrativo, que passa a funcionar como uma extensão da figura onipresente do líder (Arendt, 2012, p. 511). Assim, não é apenas a culpa pelos atos que recai sobre o líder – não se trata somente de uma contribuição ideológica –, mas sim da centralização efetiva da execução direta das ações administrativas, que se tornam prerrogativas exclusivas da sua autoridade. Ademais, o princípio do líder – fundamentado nas características de autoridade absoluta descritas nos parágrafos anteriores – não permite a existência de hierarquias autônomas. Todo o aparato estatal se subordina à figura do líder, anulando qualquer possibilidade de deliberação ou autonomia por parte dos demais agentes administrativos. Desse modo:

O poder e da autoridade por parte do Líder é mais evidente no seu relacionamento com o chefe de polícia que, num país totalitário, ocupa o cargo público mais poderoso. Contudo, a despeito do enorme poderio material e organizacional colocado à sua disposição como dirigente de um verdadeiro exército policial e de formações de elite, o chefe de polícia aparentemente nunca está em posição de tomar o poder e tornar-se o governante do país (Arendt, 2012, p. 544).

Sob essa perspectiva, o movimento totalitário não permite a permanência prolongada de funcionários em seus cargos e funções, pois o conhecimento aprofundado do sistema deve permanecer exclusivo do líder. Arendt (2012, p. 547) afirma que “a multipolarização de cargos destrói todo o senso de responsabilidade e de competência”, e essa constante rotatividade possibilita o rebaixamento ou a exoneração rápida de altos funcionários – como, por exemplo, um Ministro das Relações Exteriores – que pode ser substituído por um completo desconhecido (Arendt, 2012). Essa instabilidade deliberada tem

³Ou, em português, “Seção IV B4”. Essa seção era especificamente responsável por "Assuntos Judaicos e Evacuação". Era o departamento encarregado de organizar e implementar a deportação e, posteriormente, o extermínio dos judeus durante o Holocausto.

como objetivo centralizar ainda mais o poder na figura do líder, impedindo o surgimento de outras fontes de autoridade ou de saber institucionalizado. Por isso:

Uma nomeação válida e relativamente permanente implicaria a existência de um círculo cujos membros compartilhariam o monopólio do Líder no tocante ao saber do que acontece, coisa que o Líder tem de evitar por todos os meios [...] a multiplicidade das correias que acionam o sistema [multipolarização das instituições] e a confusão da hierarquia asseguram a completa independência do ditador em relação a todos os subordinados e possibilita as súbitas e surpreendentes mudanças de política pelas quais o totalitarismo é famoso (Arendt, 2012, p. 547).

É precisamente nessa ausência de hierarquia e na inércia da responsabilidade que a formação de um poder absoluto se estabelece; impulsionando o controle do poder, uma vez que este transferiu para o líder o domínio completo da gestão governamental, o que resulta na intrincada e perigosa burocracia totalitária.

4 BUROCRACIA: ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO TOTALITÁRIO

Adentrando na discussão acerca da administração governamental totalitária, nos deparamos com a *burocracia* como estratégia de poder. Se o governo democrático serve à eficiência do bem público, a burocracia totalitária serve à manutenção do poder privado e absoluto do líder.

Uma das características ferrenhas dessa burocracia é a *multipolarização das instituições*. Em premissa, a ideia parece contraditória em um governo de monopolização do poder na mão no líder, associando a ideia de que a diversidade e a multiplicação de órgão viria a dissipar o controle deste poder. Entretanto, como a ideologia totalitária não segue posicionamentos lógicos, as manobras administrativas também não seguiram essa cognição entre a unidade do líder e unidade de órgãos, uma vez que – paradoxalmente – a unidade do líder só possui sucesso por via das múltiplas instituições.

Arendt (2012, p. 538) descreve a multipolarização dos órgãos como o mecanismo de transferência contínua de poder entre uma instituição e outra, sem extinguir nenhuma delas. “A duplicação de órgãos e a divisão da autoridade, a existência de um poder real ao lado de um poder aparente, são suficientes para criar confusão [...]” (Arendt, 2012, p. 536). A intenção é produzir o “mistério” de ação, uma alienação na funcionalidade do sistema; contemplando a dissolução da responsabilidade – a qual já argumentamos no título anterior.

Monopolizar os órgãos seria o mesmo que solidificar o governo real, e o que o líder anseia é a exposição do governo ostensivo, artificial, criado para dar a aparência que deseja expor sobre o mesmo. A proliferação de organizações paralelas, com “[...] duas organizações de estudantes nacional-socialistas, duas organizações nazistas femininas, duas organizações nazistas de professores e universitários

advogados, médicos, e assim por diante [...]” (Arendt, 2012, p.539), exemplifica essa lógica de multiplicação institucional. Por essa razão:

A única regra segura num Estado totalitário é que, quanto mais visível é uma agência governamental, menos poder detém; e, quanto menos se sabe da existência de uma instituição, mais poderosa ela é [...] O verdadeiro poder começa onde o segredo começa (Arendt, 2012, p. 541).

A ausência de uma hierarquia clara entre as instituições e a indefinição da atuação específica de cada órgão não se restringia à esfera externa do movimento, ou seja, a funcionalidade de cada instituição a sua aparência, uma vez que a imprecisão de ação também abarcava a dinâmica interna; no que condiz aos funcionários e seus cargos. Essa nebulosidade intencional visava obscurecer as linhas de responsabilidade, o que dificulta a identificação de quem realmente toma as decisões e, portanto, a quem responsabilizar por eventuais atrocidades ou falhas. Além de impedir o emprego de um sentimento de mérito individual entre os membros, conforme já argumentamos no título anterior ao citar o princípio do líder, ao qual aniquila qualquer fonte de hierarquia institucional. Assim, Arendt diz:

A Constante divisão, sempre alterada, entre a verdadeira autoridade secreta e a representação franca e ostensiva, fazia da verdadeira sede do poder um mistério por definição, a tal ponto que sequer os membros dos círculos governantes jamais poderiam estar absolutamente seguros quanto a sua própria posição na secreta hierarquia do poder (Arendt, 2012, p. 538).

Ademais, o líder, como chefe de Estado, não se detém apenas ao seio executivo, orquestrando os órgão e dando ordens, sua ação perpétua em demais esferas que lhe for pertinente. A intervenção do líder no que toca o legislativo, a título de exemplo, trouxe à esfera totalitária o *positivismo jurídico* em prol do totalitarismo. Segundo Arendt (2012, p.615) “Na interpretação do totalitarismo, todas as leis são leis de movimentos”, por isso, devemos ser minuciosos em observar as nuances dos ordenamentos totalitários que não servem ao propósito de resguardar os direitos do homem. Desse modo, indica-nos Arendt (2012, p. 617) que as nossa ideologias mudam de sentido: “Nessas ideologias, o próprio termo ‘lei’ mudou de sentido: deixa de expressar a estrutura de estabilidade dentro da qual podem ocorrer os atos e os movimentos humanos, para ser a expressão do próprio movimento”.

Neste tocante, denota-se uma das características estritamente perturbadoras dos regimes totalitários: a maneira sob a qual manipula e desconsidera as leis constitucionais. O terror presente no movimento nazista – não interpretado como um compilado de crimes e violações – é resultado do capricho em positivar toda e qualquer ação do estado totalitário, realizando a propaganda de um aspecto de legalidade sobre os atos mais perversos e cruéis.

O fato de não terem abolido a constituição da época, a Constituição de Weimar⁴ (1919), exemplifica com maior exatidão o ideal de aparência e de governo ostensivo – de aparência legal – tendo em vista que, a não ruptura da constituição (ao menos em seu estado de vigência) provoca a aparência de conformidade com a lei, principalmente aos olhos das nações exteriores, o que protegia o Estado totalitário de justificativas mais amplas para uma possível intervenção de seus vizinhos. Arendt (2012) diz que “A constituição era completamente ignorada, mas nunca abolida” e ainda discorre que:

[...] o totalitarismo nos coloca diante de uma espécie totalmente diferente do governo. É verdade que desafia todas as leis positivas, mesmo ao ponto de desafiar aquelas que ele próprio estabeleceu (como no caso da Constituição Soviética de 1936, para citar apenas o exemplo mais notório) ou que não se deu ao trabalho de abolir (como no caso da Constituição de Weimar, que o governo nazista nunca revogou). Mas não opera sem a orientação de uma lei, nem é arbitrário, pois afirma obedecer rigorosa e inequivocamente àquelas leis da Natureza ou da História que sempre acreditamos serem a origem de todas as leis (Arendt, 2012, p. 613).

O principal artifício jurídico usado para implantar a positivação dos atos do regime totalitário eram os decretos, aos quais tinham força normativa superior a Constituição de Weimar, no que toca o regime nazista, e é o que deu ao movimento o marcante título de *governo de decretos*, pois, segundo Arendt (2012, p. 340): “[...]governar por meio de burocracia é governar por decreto[...]”. Por isso, todo aparelho administrativo totalitário busca a coerência, a qual, segundo Hannah Arendt, consiste no alinhamento preciso entre ideologia e burocracia/administração. Em outras palavras, as leis e os demais ordenamentos devem servir à positivação e à institucionalização dos ideais totalitários.

Com isso, o alinhamento das “leis sociais” de Marx era feito na criação das leis bolchevistas em sua diretrizes progressistas, assim como o alinhamento das “leis da natureza”, com a ciência de Darwin, deveriam se posicionar paralelamente nas leis nazistas, proporcionando a soberania dessas leis “suprlegais” (Arendt, 2012, p.616). Foi, justamente, esse *cientificismo* que deu embasamento teórico para a construção de um discurso de ódio positivado, principalmente no que tange às leis eugenistas. Assim argumenta Arendt:

Para a discussão política, o darwinismo oferecia dois conceitos importantes: a luta pela existência, com a otimista afirmação da necessária e automática “sobrevivência dos mais aptos”, e as infinitas possibilidades que pareciam haver na evolução do homem a partir da vida animal, e que deram origem à nova “ciência” da eugenia (Arendt, 2012, p. 259).

⁴ Para evitar questionamentos sobre uma suposta adequação da Constituição de Weimar à implementação do nazismo, que justificaria sua permanência, é crucial reconhecer seu caráter democrático, liberal e social. Essa natureza intrínseca demonstrava sua incompatibilidade com o sistema totalitário, sendo sua vigência mantida unicamente pela aparência de legalidade.

Com a união de todos esses aspectos no que condiz a aplicação do direito e da lei, conclui-se que, aparentemente, o movimento totalitário estabelece um novo *consensus iuris*⁵, ou seja, uma nova definição universal do que é justiça. Entretanto, devemos lembrar que no totalitarismos todo vestígio de senso crítico tem de ser dizimado, logo, não é necessário estabelecer nenhum novo acordo com a população acerca dos novos ordenamentos estarem ou não em consonância com o senso ético e moral de justiça e direito, ao qual é inexistente em um Estado totalitário, assim como Arendt nos diz no seguinte trecho:

A essa altura, torna-se clara a diferença fundamental entre o conceito totalitário de lei e de todos os outros conceitos. A política totalitária não substitui um conjunto de leis por outro, não estabelece o seu próprio *consensus iuris*, não cria, através de uma revolução, uma nova forma de legalidade. O seu desafio a todas as leis positivas, inclusive às que ela mesma formula, implica a crença de que pode dispensar qualquer *consensus iuris* e ainda assim não resvalar para o estado tirânico da ilegalidade, da arbitrariedade e do medo. Pode dispensar o *consensus iuris* porque promete libertar o cumprimento da lei de todo ato ou desejo humano; e promete a justiça na terra porque afirma tornar a humanidade a encarnação da lei (Arendt, 2012, p.615).

Logo, nessa análise acerca da administração do governo totalitário que suas engrenagens caminham por uma burocracia habilidosa em mascarar o domínio do poder e concentrá-lo nas mãos do líder; assim como abarca suas táticas sob a esfera legislativa, uma vez que traz as positivações de toda conduta proveniente da ideologia e do terror, as quais constituem essa nova forma de governar.

5 IDEOLOGIA E TERROR: UMA NOVA FORMA DE GOVERNO

Conforme dito, o tema “ideologia e terror” surge como resultado de uma revisão feita por Arendt para a segunda edição da obra *Origens do Totalitarismo* (1951). A pergunta inicial que se impõe é: o que seriam a ideologia e o terror, na constituição de uma nova forma de governo? Antes de respondermos a essa questão, é necessário retomar a “engenhosidade” do totalitarismo alemão, especialmente no uso da propaganda como instrumento para organizar a massa e instaurar a fé na figura do líder, viabilizando a aceitação do ideário totalitário.

O quadro discursivo que Arendt (2012) nos apresenta é o do “totalitarismo no poder” e as estratégias utilizadas para o que mais tarde se consolidaram como “dominação total”, ou seja, a efetivação de uma nova forma de governo, por meio do domínio totalitário. Nesse sentido, o objetivo do “domínio totalitário” era promover a destruição gradual dos aspectos sociais e humanos dos seus inimigos, além do

⁵ Em sua obra “De Re Publica” (Sobre a República - 54-51 a.C), Cícero introduz o conceito de *consensus iuris*, definindo-o como o acordo comum sobre direito e lei que une uma multidão, constituindo um povo (*populus*) e, por conseguinte, uma república (*res publica*).

desrespeito às suas próprias leis constitucionais. Portanto, é necessário recordar o que a autora (2021) indicou no seminário de 1953: o princípio que orienta o totalitarismo é o do “deserto”, ou seja, a atuação em espaços que devem ser degradados, marcados pela ruptura tanto do espaço público quanto da esfera privada. Isso confirma seu caráter anti-social e anti-humano, uma vez que a dominação total tem como consequência o desaparecimento da vida.

Arendt (2012, p. 543) aponta com clareza a finalidade central desse domínio: “o domínio totalitário, porém, visa à abolição da liberdade e até mesmo à eliminação de toda espontaneidade humana e não a simples restrição, por mais tirânica que seja, da liberdade”. A partir dessa afirmação, compreende-se que a intenção era retirar dos indivíduos – tanto da massa quanto dos inimigos objetivos – sua capacidade de julgamento e ação. A perda da espontaneidade da vida humana configura-se como um elemento essencial desse processo, que culmina, ainda, na “eliminação física” da vida (Agamben, 2004).

É nesse ponto que se delinea uma nova forma de governo, que assume as funções de administrar tanto a esfera política quanto as condições de segurança dos seus. Contudo, essa nova configuração está assentada no paradigma do “governo de exceção”, que, como afirma Agamben (2004, p. 13), “apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo”. A condição de zona de indeterminação se realiza, sobretudo, com a institucionalização do campo como espaço de extermínio da vida humana – elemento central da finalidade destrutiva dessa nova forma de governo.

Para instaurar essa zona de indeterminação, o totalitarismo alemão recorreu a técnicas específicas de governo, construindo uma estrutura político-burocrática altamente funcional para o processo de destruição da vida (Arendt, 2012). Nesse cenário, a propaganda, essencial à organização das massas, precisava de um instrumento político eficaz para assegurar a manutenção do poder totalitário. Foi nesse contexto que se resgatou o uso político do “campo de concentração” – agora transformado em ferramenta central de aniquilação.

O campo de concentração. A introdução ao tema permite-nos inferir dois conceitos fundamentais: isolamento e impotência. Sabemos que o isolamento e a impotência pertencem à experiência da massa, mas o campo também opera como um espaço de captura, isolamento e impedimento da ação coletiva ou de resistência. Por isso, “o campo de concentração e de extermínio dos regimes totalitários servem como laboratórios onde se demonstra a crença fundamental do totalitarismo de que tudo é possível” (Arendt, 2012, p. 581).

A citação evidencia o caráter laboratorial do campo, configurando-o como instrumento de controle político, de destruição da vida e de criação de uma zona de anomia. Para seu funcionamento, o regime declarou os judeus e outras minorias como inimigos objetivos do Estado totalitário. Assim, o campo de

concentração se torna o lugar da exceção, pois nele se consoma a destruição não apenas da vida política, mas da vida biológica – tendo como fim último a retirada total do humano da terra. Como afirma Agamben (2017, p. 41): “o campo é somente o lugar no qual se realizou a mais absoluta *condicio inhumana* que já se deu sobre a terra”.

Essa afirmação reforça a potência destrutiva do campo frente à fragilidade da vida humana. A partir dessa lógica, identificam-se as principais características e funções desse espaço: (1) a retirada do mundo, (2) a morte do corpo individual e coletivo e (3) a supressão da espontaneidade individual. O corpo e a vida tornam-se cobaias dos piores experimentos, tendo como desfecho a destruição completa. Destarte, observa-se que o êxito do totalitarismo está atrelado ao anseio pela morte – não apenas a morte biológica nos campos, mas a morte moral e jurídica, que atinge “qualquer habitante do Estado totalitário” (Arendt, 2012, p. 598). Um dos colapsos descritos por Arendt é a chamada morte jurídica, que se manifesta à medida que o indivíduo perde seus direitos enquanto homem livre, sendo impedido de exercer até mesmo suas capacidades mais básicas.

A título de exemplo, podemos citar a vigilância de massa exercida pela SS, que impunha toques de recolher a toda a população. Em caso de desobediência, a Gestapo (Polícia Secreta do Estado nazista) efetuava prisões arbitrárias, violando o direito de liberdade de locomoção. Esses toques de recolher, frequentemente dirigidos aos judeus, também afetavam qualquer outro indivíduo, mesmo que não correspondesse ao perfil de inimigo objetivo (judeu, homossexual, deficiente, estrangeiro).

Ademais, os toques de recolher não visavam apenas a vigilância, mas também a destruição da resistência nas regiões onde ainda havia alguma oposição, revelando-se como uma ferramenta poderosa para reprimir a dissidência política e impor a ideologia nazista. O mesmo tipo de ação foi observado na União Soviética, onde a NKVD também realizava prisões noturnas e toques de recolher (Butler, 2020). A esse cenário somam-se outras medidas, como a proibição do matrimônio entre judeus e alemães (prevista nas Leis de Nuremberg), a censura dos meios de comunicação, o fim dos direitos políticos com o desmantelamento do sistema partidário, entre outras violações, que evidenciam a morte da pessoa sob o regime totalitário. Sobre esse processo, Arendt (2012, p. 598) afirma:

O fim do sistema arbitrário é destruir os direitos civis de toda a população, que se vê, afinal, tão fora da lei em seu próprio país como os apátridas e os refugiados. A destruição dos direitos de um homem, a morte da sua pessoa jurídica, é a condição primordial para que seja inteiramente dominado.

De modo concomitante e análogo à morte da pessoa jurídica, observa-se a *morte da pessoa moral*. A erosão dos valores éticos e morais é engendrada pela destruição da individualidade, da responsabilidade e da capacidade de ação, convertendo as massas atomizadas em terreno fértil para a emergência da banalidade do mal, fenômeno detalhadamente examinado por Hannah Arendt em outras obras. Dentre as

três modalidades de morte delineadas – a saber, a morte física, a morte jurídica e a morte moral –, esta última se revela como a mais crucial para a consolidação do sistema totalitário. Através da destruição da pessoa moral, todas as demais formas de aniquilação, tanto externas quanto internas, podem ser perpetradas com impunidade no cotidiano das massas, que se tornam insensíveis e inertes. É no extermínio da pessoa moral que o movimento totalitário alcança o ápice do domínio, previamente facilitado pela supressão dos direitos. Uma vez consumada a morte moral/filosófica, a própria vida perde sua relevância, sendo despojada de seu valor intrínseco aos olhos das massas subjugadas. É neste estágio que o totalitarismo mobiliza a massa de manobra desejada, composta por “cadáveres vivos” (Arendt, 2012, p. 599).

O terror emerge como mecanismo primordial que orchestra a ruína da pessoa jurídica e da pessoa moral, culminando no êxito do movimento totalitário. Através do terror, a consciência do certo e do errado é obliterada, a espontaneidade é suprimida e a autonomia da vontade é extinta, confinando o indivíduo ao isolamento e à inação na esfera pública. “As ditaduras de Hitler e de Stálin evidenciam o fato de que o isolamento de indivíduos atomizados não apenas constitui a base para o domínio totalitário, mas é meticulosamente executado até o ápice da estrutura” (Arendt, 2012, p. 545). Infere-se da citação a lógica e a estratégia do totalitarismo, que, por meio do terror, subjuga e molda os indivíduos no interior de sua estrutura política (Berkowitz, 2021). No entanto, a análise do terror demanda ainda a identificação de seus perpetradores, o que nos conduz à figura da polícia secreta como instrumento e sombra deste terror. *A polícia secreta* desempenhava um papel central como engrenagem do regime totalitário, agindo de forma arbitrária e ilimitada, o que se revela essencial para o controle total da população.

A característica distintiva da polícia secreta residia em sua atuação além dos limites legais, conferindo aos agentes da Gestapo poder irrestrito para perpetrar abusos e crueldades sem precedentes, como já mencionado na análise sobre a morte da pessoa individual. A utilização sistemática de prisões, tortura e homicídios disseminava o terror, com o objetivo de gerar choque e medo, reprimindo todos os anseios humanos. A vigilância onipresente, exemplificada pelos toques de recolher, contava com uma vasta rede de informantes para suprimir qualquer forma de oposição ou resistência à doutrina nazista. Arendt destaca em sua obra o domínio informacional que a SS já detinha antes de exercer o controle direto sobre as massas. A prisão, a tortura e o assassinato representavam manifestações secundárias desse domínio, sendo que a primeira instância do controle se dava através dos relatórios de dados individuais:

A polícia possui dossiês secretos de cada habitante do vasto país, indicando cuidadosamente as numerosas relações que existem entre as pessoas, desde os conhecidos fortuitos até parentes e amizade genuínas; pois é apenas para descobrir essas relações que se interrogam tão rigorosamente os acusados, cujos “crimes” já foram determinados “objetivamente” antes mesmo de serem presos (Arendt, 2012, p.577).

A polícia secreta torna-se esse instrumento de captura e controle da vida, ou seja, assume para si a criação de um outro Estado/estado de exceção. Seu papel não se limita apenas à obtenção de dados como forma de controle, mas também à função de sombrear o poder soberano do Estado totalitário, operando como uma vigilância constante, seja contra o inimigo objetivo ou não do totalitarismo. Outro elemento é que a polícia secreta coloca em prática o “terror” como forma de ideologia e instrumento de manutenção da exceção. Por isso, o terror no totalitarismo, segundo Arendt (2021), apresenta dois objetos: (1) a eliminação, que, nesse caso, se refere às classes sociais, e (2) a prevenção das “ações” decorrentes da condição de imprevisibilidade dessas classes. Assim, a condição do terror para o totalitarismo é demonstrar-se como um instrumento que representa a eficiência do regime.

Neste contexto, Arendt (2021, p. 128) afirma que “terror dá suporte e lança em movimento seres humanos isolados. Terror faz governos totalitários serem aquilo que são, até onde o terror é livre de convicção e medo, e executa movimento”. Para tanto, esse é o elemento que distingue o totalitarismo da tirania, pois esta última representa uma condição de liberdade que o homem detém em seu âmbito privado (Berkowitz, 2021). Ainda, para Montesquieu (1996), a eficácia de um governo está intrinsecamente ligada a um princípio nuclear; nos governos tirânicos, esse princípio é justamente a imposição do medo. Por sua vez, no totalitarismo, o autor (2021, p. 113-114) aponta que “o terror é a essência do governo totalitário porque o ‘cinturão de ferro do terror’ elimina toda iniciativa humana. O terror neutraliza, assim, toda oposição humana ao domínio total do homem por um movimento ideológico”. Portanto, esse é o contexto que confere novidade ao totalitarismo, cuja eficiência reside na destruição da condição do outro de experimentar a vida em sua totalidade, como exemplificado nos campos de concentração.

5 AÇÃO POLÍTICA EM HANNAH ARENDT: COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

O princípio que rege o pensamento de Hannah Arendt é, de fato, a esperança pelo novo. Basta recordarmos o recado final que ela (2012) nos deixa em *Origens do Totalitarismo*, onde apresenta a esperança e a natalidade como formas de resistência frente às ameaças constantes da violência exercida pelo Estado. Outro ponto importante é que a vida, para Arendt, representa a capacidade de resistência por meio da natalidade e da forma como nos apresentamos ao mundo. Por fim, destaca-se a nossa capacidade reflexiva de julgar se seremos capazes de romper com os processos que capturam nossas vidas por meio de instrumentos de controle.

O que seria a ação? Como resposta, Arendt (2021) indica que ela é uma “re-ação”, ou seja, a condição de reagir a algo ou a alguém. Contudo, como a autora (2018) ressalta, a ação também é uma das atividades da vida ativa, presente na relação entre os homens, com a função essencial de iniciar algo

novo. Por fim, Arendt (2018, p. 11) afirma que “além disso, como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade, pode ser categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico”. Desse modo, infere-se que a ação possui duas características principais: (I) a condição de começar algo novo; e (II) sua relação com a política no âmbito da pluralidade.

Decorre da citação acima a nossa estratégia discursiva para responder à questão que norteia este texto – “de quem forma o pensamento de Hannah Arendt nos auxilia a romper com a relação isolamento/impotência proposta pelos autoritarismos?” – é preciso, primeiramente, compreender que o isolamento é fruto do processo de massificação ao qual grande parte da sociedade está submetida, em decorrência de fatores econômicos, políticos e sociais. A impotência, por sua vez, refere-se à incapacidade do sujeito de se reconhecer como parte do comum, ou de participar de um espaço onde seja possível construir uma ação coletiva – em suma, é a negação do espaço da coletividade e da pluralidade.

Para tanto, as estratégias discursivas que podemos extrair do pensamento de Arendt são: (1) a ação como uma atividade política necessária e constante; (2) a pluralidade, em sua relação intrínseca com a natalidade; e (3) o espaço comum como o lugar por excelência da ação política. Essa tríade teórica está presente na obra *A Condição Humana* (1958), em que a autora traça um percurso para pensar novos começos políticos. Por isso, é importante recordar que a ação é, para Arendt, a atividade política que ocorre no espaço “entre” os homens – ou seja, está enraizada em nosso cotidiano e constitui a nossa condição política de estabelecer vínculos com os outros membros da comunidade.

Pluralidade e natalidade são conceitos que se articulam diretamente com a ação enquanto atividade política. O resultado dessa articulação é a constituição de um espaço comum, propício para o aparecimento no mundo e para a resistência frente às diversas formas de violência vividas pelos membros da comunidade. Como argumenta Antonio Tucci (2023), é necessário um espaço “agível”, e, nesse sentido, o pensamento de Arendt nos oferece exatamente essa possibilidade: um espaço necessário para a manifestação da ação política como instrumento para romper com o isolamento. Portanto, o aparecimento do sujeito no espaço público se dá para que ele realize sua atividade política: conectar-se com os outros e atuar no contexto da pluralidade.

Decorre dessas estratégias que tensionam o isolamento-impotência política a conclusão que Arendt (2021, p. 135) indicou ao final do seminário sobre o tema *Grande Tradição e a Natureza do Totalitarismo* (1953), segundo a qual “o começo da liberdade é a resistência”. Nesse caso, temos outra consequência da ação: a liberdade como foco da resistência, ou seja, a condição do homem que se livrou das amarras da ideologia. Portanto, por meio da ação, o indivíduo tem a capacidade de aparecer, agir e ser

livre no mundo. Nesse sentido, “a ação é a condição distintiva da humanidade e interrompe o ciclo natural com algo novo e surpreendente” (Fry, 2020, p. 48).

O elemento da ação reside na imprevisibilidade, isto é, na capacidade de romper com o terror, que, conforme Arendt (2021), coloca o indivíduo numa condição social anti-humana, levando-o a querer se separar dessa condição. A condição que emerge desse contexto de resistência, originada da ação, retoma um questionamento que Arendt resgata em *A Condição Humana* (1958), ao perguntar ao indivíduo recém-chegado: “quem és?”. Assim, torna-se fundamental compreender que, após o terror, devemos refazer a pergunta: “quem somos?”. A resposta encontra-se na condição de sermos indivíduos portadores de memórias que carregam a resistência como elemento central de pertencimento a uma coletividade que mantém uma luta constante no presente, diante das ameaças autoritárias.

Retomando a questão sobre o que seria a ação, enfatiza-se que, a partir de sua imprevisibilidade, nasce um poder que emerge da liberdade. Esse poder possui a capacidade de ação, ou seja, de instituir o resgate do espaço público enquanto local da pluralidade (Arruda Neto, 2020). Nesse contexto, Arendt (2018, p. 253) afirma que “[...] sem o poder, o espaço da aparência produzido pela ação e pelo discurso em público se desvanecerá tão rapidamente como o ato vivo e a palavra viva”.

Infere-se dessa citação duas lições fundamentais: (1) a vinculação do ato à palavra e (2) o resultado “produzido pela ação”. Assim, o espaço é resultado da ação política e deve ser plural em razão da convivência social. O resultado da constituição do espaço público é a condição de pertencimento do indivíduo responsável por esse espaço (Arruda Neto, 2020). Portanto, a estratégia consiste em sermos responsáveis pelo coletivo, afastando as individualidades geradas pela condição de impotência-isolamento.

Referências

AGAMBEN, G. *Meios sem fim*: Notas sobre a política. Tradução de Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci. D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGUIAR, O. A. A tipificação do totalitarismo segundo Hannah Arendt. *Dois Pontos*, Curitiba, São Carlos, vol. 5, n. 2, p.73-88, 2008.

AGUIAR, O. A. Veracidade e propaganda em Hannah Arendt. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v. 10, p. 7-17, 2007.

ARENDT, H. A Grande Tradição e a Natureza do Totalitarismo. Tradução de Marcos Antônio Da Silva Santos Ferreira e revisão de João Batista Farias Junior. *Cadernos Hannah Arendt*, Teresina, v. 2, n. 3, p. 121 - 135, 2021.

_____. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. Revisão Técnica: Adriano Correia. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018.

_____. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARRUDA NETO, A. J. de. *O Federalismo no Pensamento de Hannah Arendt e John Rawls*. 2020. 119 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Unisinos, São Leopoldo, 2020.

BERKOWITZ, R. Solidão Total: Hannah Arendt e os Fundamentos do Totalitarismo. Tradução de João Batista Farias Junior. *Cadernos Hannah Arendt*, Teresina, v. 2, n. 3, p. 112 - 120, 2021.

BUTLER, R. *Por dentro da Gestapo: A poderosa máquina de terror de Hitler*. São Paulo: Lafonte, 2020.

CORREIA, A. Antissemitismo e totalitarismo em Hannah Arendt. *Quadranti – Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea*, v. VI, no. 2, 2018.

DE OLIVEIRA, A. C. A Sombra Nazista sobre o Debate em Relação à Eutanásia. *Revista de Filosofia da Região Amazônica*. Amazonas. V.2, N.1, p. 30 – 38, 2015.

FRY, K. Natalidade. In: HAYDEN, Patrick (Org.). *Hannah Arendt: Conceitos Fundamentais*. Tradução de José Maria Gomes de Souza Neto. Petrópolis: Editora Vozes, 2020, p. 37-53.

GUERRA, A. Do Holocausto nazista à nova eugenia no século XXI. **Revista Ciência e Cultura** da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), São Paulo, v. 58, n. 1, p.4-5, jan./mar. 2006.

HILL, S. R. *Hannah Arendt*. Tradução de Juliana de Albuquerque. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

KOHN, J. *Totalitarianism: the inversion of politics*. Hannah Arendt Papers. Washington, D.C.: Library of Congress, [s.d.]. Disponível em: <https://www.loc.gov/collections/hannah-arendt-papers/articles-and-essays/totalitarianism-the-inversion-of-politics/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LAFER, C. Origens do Totalitarismo. In: CORREIA, Adriano; ROCHA, Antonio Glauton Varela; MÜLLER, Maria Cristina; AGUIAR, Odílio Alves. *Dicionário Hannah Arendt*. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2022.

MONTESQUIEU, C-L de S., Baron de. *O espírito das leis*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TUCCI, A. *Dispositivos da Normatividade*. Tradução de José Luis Ferraro e Augusto Jobim do Amaral. 1. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2023.

Recebido em: 02/05/2025

Aceito em: 04/07/2025